

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2020

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)¹⁹	42.536.173.803,30	41.027.442.902,65	41.928.181.620,00	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Dívida Contratual	27.358.608.865,79	27.412.224.530,34	27.620.082.996,96	-
Empréstimos	-	-	-	-
Internos	-	-	-	-
Externos	-	-	-	-
Reestruturação da Dívida do Município¹	26.363.927.338,90	25.975.728.482,28	26.244.384.570,78	-
Financiamentos	878.415.772,37	1.321.154.336,02	1.261.748.120,75	-
Internos ^{2 e 10}	539.345.455,44	866.874.019,44	867.101.498,80	-
Externos ^{3 e 10}	339.070.316,93	434.280.316,58	394.646.621,95	-
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	116.265.754,52	115.341.712,04	113.950.305,43	-
De Tributos ⁴	56.867.826,48	55.914.758,28	54.775.589,28	-
De Contribuições Previdenciárias ⁵	50.209.129,12	48.840.597,32	48.803.853,55	-
De Demais Contribuições Sociais ^{6 e 9}	9.188.798,92	8.926.296,84	8.624.632,20	-
Do FGTS	-	-	-	-
Com Instituição Não financeira ¹	-	1.660.059,60	1.746.230,40	-
Demais Dívidas Contratuais	-	-	-	-
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos^{8 e 9}	15.177.564.937,51	13.615.218.372,31	14.308.098.623,04	-
Outras Dívidas	-	-	-	-
DEDUÇÕES (II)	13.257.421.269,71	18.829.282.899,31	19.797.940.068,59	-
Disponibilidade de Caixa	12.964.282.615,04	18.505.595.778,79	19.452.273.376,79	-
Disponibilidade de Caixa Bruta ⁹	13.227.982.166,99	18.990.241.969,00	19.913.719.366,71	-
(-) Restos a Pagar Processados ^{9 e 11}	263.699.551,95	484.646.190,21	461.445.989,92	-
Demais Haveres Financeiros ¹²	293.138.654,67	323.687.120,52	345.666.691,80	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA² (DCL) (III) = (I - II)	29.278.752.533,59	22.198.160.003,34	22.130.241.551,41	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	54.166.943.978,98	56.563.034.587,67	57.523.541.134,49	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	-	13.576.172,00	40.757.436,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	54.166.943.978,98	56.549.458.415,67	57.482.783.698,49	-
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (LVI)	78,53%	72,55%	72,94%	0,00%
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	54,05%	39,25%	38,50%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	65.000.332.774,78	67.859.350.098,80	68.979.340.438,19	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	58.500.299.497,30	61.073.415.088,92	62.081.406.394,37	-
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	-	-	-	-
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC) ¹³	2.508.466.091,68	2.528.913.177,31	4.022.905.907,21	-
PASSIVO ATUARIAL ¹⁴	162.840.719.610,47	162.840.719.610,47	162.840.719.610,47	-
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-	-	-
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA ¹⁵	220.302.314,22	364.670.382,51	340.775.936,77	-
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS ¹⁶	3.577.320.305,42	951.110.156,80	5.063.890,94	-
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	-	-	-	-
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP ¹⁷	-	-	-	-
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS ¹⁸	7.970.669.495,82	8.138.179.722,35	8.065.110.355,08	-

Fonte: SOF (RREO) - Demonstrativo do Resultado Nominal, RREO - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, RGF - Demonstrativos dos Restos a Pagar e Balancete Analítico - Grupo Contábil

Notas Explicativas: Anexo 1

ENZO LUCIO ONDEI Diretor do Depto. de Dívidas Públicas CPF 254.411.408-03	EMERSON ONOFRE PEREIRA Diretor do Depto. de Contadoria CRC 15P 240.974/O-7	PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU Secretário Municipal da Fazenda CPF 274.076.708-03	JOÃO MANOEL SCUDELER DE BARROS Controlador Geral do Município CPF 312.822.798-58	BRUNO COVAS LOPES Prefeito CPF 220.375.848-14
--	---	--	---	--

ANEXO 1 - Notas Explicativas do Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - DCL

- Registra o valor das obrigações decorrentes da reestruturação da Dívida Municipal no âmbito das seguintes normas: a) MP 2022/2000, MP 2185/2001 e Lei Mun. 12.859/99 (Contrato de Confissão e renegociação de Dívida) - Saldo de R\$ 25.798.582.936,65; b) Lei Fed. 8727/93 e Lei Mun. 11.494/94 (Contrato COHAB) - Saldo de R\$ 372.290.402,50; e c) Resolução 98/92, alteradas pelas Resoluções nºs 90 e 132/1993, todas do Senado Federal e Lei Mun. 12.671/98 (Dívida de Médio e Longo Prazo - DMLP) - Saldo de R\$ 73.511.231,63;
- Registra o valor das obrigações decorrentes de Financiamentos junto a Instituições Financeiras BNDES; CEF; SANTANDER; e ITAÚ UNIBANCO: a) BNDES - PMAT Subcréditos A, B e C (Leis Municipais 15.390/2011 e 15.687/2013) - Saldo de R\$ 51.566.759,02; b) CEF - PNAFM Segunda Fase e PNAFM Segunda Fase/2ª Etapa (Leis Municipais 15.390/2011 e 15.687/2013) - Contratos 2248/OC-BR e 3390/OC-BR - Saldo de R\$ 115.945.714,07 e Contrato do Programa Saneamento para todos - Drenagem (Lei Mun. 16.757/2017) - Saldo de R\$ 589.025,67; c) SANTANDER - Contratos dos Programas Asfalto Novo e Casa da Família (Lei Mun. 16.757/2017) - Saldo de R\$ 199.000.000,04; e d) ITAÚ UNIBANCO - Contrato do Programa de Recapeamento - Asfalto Novo II (Lei Mun. 16.757/2017) - Saldo de R\$ 500.000.000,00
- Registra o valor das obrigações decorrentes de Financiamentos Externos junto ao BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento referentes aos seguintes contratos: a) 938/OC-BR-BID III (Leis Municipais 11.959/95 e 12.114/96) - Saldo de R\$ 55.526.536,08; b) 1479/OC-BR-BID IV (Lei Mun. 13.495/2003) - Saldo de R\$ 277.477.360,08; e c) 4641/OC-BR-BID V (Lei Mun. 16.757/2017) - Saldo de R\$ 61.642.725,79;
- Registra o valor das obrigações decorrentes do Parcelamento e Renegociação de Dívida da Contribuição do PASEP junto à Secretaria da Receita Federal - SRF, no âmbito da Lei Federal 12.810/2013 - saldo R\$ 54.775.589,28. O Referido Parcelamento, no Exercício de 2019, estava registrado como "Parcelamento de Contribuições Sociais (PASEP)" e no exercício de 2020 foi reclassificada para "Parcelamento de Tributos (PASEP)", em atendimento a determinação do TCM. Por esse motivo foi efetuado ajuste da informação na coluna Exercício anterior do Demonstrativo;
- Registra o valor das obrigações decorrentes de Parcelamento e Renegociação de Dívidas de Contribuições Previdenciárias INSS junto à Secretaria da Receita Federal - SRF, no âmbito das seguintes normas: a) Parcelamento INSS da PMSP com a SRF (Lei Federal 13.485/2017) saldo de R\$ 48.010.719,83; e b) Parcelamento INSS/RAT da COHAB com a SRF (Lei Federal 10.522/2002) saldo de R\$ 793.133,72;
- Registra o valor das obrigações decorrentes de Parcelamento e Renegociação de Dívidas de Demais Contribuições Sociais junto à Secretaria da Receita Federal - SRF e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN de Demais Contribuições Sociais, no âmbito das seguintes normas: a) REFS da COHAB/FMH (Lei Federal 11.941/2009) saldo R\$ 1.391.626,50; e b) PERT - Programa Especial de Regularização Tributária da COHAB (Lei Federal 13.496/2017) saldo R\$ 7.233.005,70;
- Registra o valor das obrigações decorrentes de Parcelamento e Renegociação de Dívidas da Empresa dependente, São Paulo Turismo junta à empresa São Paulo Transportes, cujo valor confessado, através de mensagem eletrônica e registrado no Balancete Analítico, é R\$ 1.746.230,40;
- Registra os valores das obrigações decorrentes Precatórios de Pessoal e contas pagar dos Regimes Especial e Ordinário da Administração Direta e Indireta (exceto o IPREM), Posteriores a 05/05/2000, vencidos e não pagos, conforme segue: a) da Administração Direta PGM/PMSP - R\$ 14.574.998.981,81; b) da Administração Indireta, Autarquia do Serviço Funerário do Município de São Paulo - SFMSP - R\$ 185.948.063,64; e c) da Administração Indireta, Autarquia Hospitalar Municipal - R\$ 36.154.872,09. Do valor da somatória dos precatórios R\$ 14.797.101.917,54 foi deduzido o valor do saldo da "CONTA ESPECIAL - PRECATÓRIOS repassados ao TJSP" de R\$ 489.003.294,50, sendo considerado o valor líquido de R\$ 14.308.098.623,04. Os valores, inclusive o da PGM/PMSP, foram informados com base nos registros contábeis dos respectivos Balancetes Analíticos;
- Conforme MDF 10ª edição, vigente em 2020, as dívidas e as disponibilidades de caixa do RPPS - Regime Próprio de Previdência Social, deixou de compor a Dívida Consolidada Líquida, no exercício de 2020:
 - Para ajustar a metodologia adotada, "NA COLUNA SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR" foram excluídos os seguintes valores: a) R\$ 41.656.085,67 - Parcelamentos do PASEP; b) R\$ 916.586.221,41 - Precatórios vencidos e não pagos; c) R\$ 238.246,61 - Disponibilidade de Caixa Bruta; e d) R\$ 407.295,79 - Restos a Pagar Processados;
 - No 2º Quadrimestre/2020 os saldos do RPPS excluídos no demonstrativo, conforme orientação da STN (Solicitação nº 00611/2020) foram os seguintes: a) R\$ 40.123.507,10 - Parcelamentos do PASEP; b) R\$ 1.091.007.525,47 - Precatórios vencidos e não pagos; c) R\$ 5.977,19 - Disponibilidade de Caixa Bruta; e d) R\$ 8.428.170,69 - Restos a Pagar não Processados Liquidados a Pagar e Empenhos Liquidados a Pagar do Exercício;
- No período de janeiro a agosto/2020 houve ingresso de recursos no âmbito das seguintes Operações de Crédito - Interna e Externa: a) Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos - PMAT, R\$ 2.316.189,59; b) Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros - PNAFM, R\$ 13.000.000,00; e c) Programa de Recapeamento da Cidade de São Paulo - Asfalto Novo II, R\$ 320.000.000,00; d) Programa Saneamento para todos (Drenagem), R\$ 426.026,82; e e) Programa Avanço Saúde, USS 11.266.559,28, equivalente a R\$ 52.259.935,22 com a taxa de internacionalização do Dólar de R\$ 4,6385;
- No valor de R\$ 461.445.989,92 referente aos Restos a Pagar Processados do item Deduções, conforme determinado pelo TCM, através do Ofício SSG-GAB nº 7331/2007, foi incluído o montante de R\$ 443.375.918,01, referente a empenhos liquidados e não pagos, do exercício de 2020, exceto os intra-orçamentários, da Administração Direta e Indireta (exceto o IPREM). O valor dos Restos a Pagar Processados (exceto os intra-orçamentários) relativo ao exercício de 2019 é somente de R\$ 18.070.071,91;
- Na linha Demais Haveres Financeiros, foi incluído o valor R\$ 70.499.759,56 constituído em garantia sob forma de caução em dinheiro, destinado a amortizar, quando da exigibilidade, os valores de principal da Dívida, correspondentes aos Bônus de Descontos e Bônus ao Par do Contrato de Confissão e Consolidação de Dívida, nos termos da Resolução nº 98/1992, por se tratar de recursos do próprio ente reservados para atender à finalidade de honrar a referida dívida;
- O valor de R\$ 4.022.905.907,21 refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos, da Administração Direta e Indireta (inclusive o IPREM). Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, esses valores deverão compor a linha "Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos";
- O valor de R\$ 162.840.719.610,47 refere-se às Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo "PASSIVO ATUARIAL" do Instituto de Previdência Municipal - IPREM (RPPS);
- O valor de R\$ 340.775.936,77 refere-se aos "Depósitos e Consignações sem Contrapartida" da Administração Direta e Indireta (inclusive o IPREM);
- O valor de R\$ 5.063.890,94 refere-se aos "RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS" (Exceto Intra-Orçamentários) da Administração Direta e Indireta, inclusive o IPREM;
- Não há registro de "Passivo de Dívida Contratual de PPP", até o quadrimestre;
- O valor de R\$ 8.065.110.355,08 refere-se ao "Passivo de Depósitos Judiciais e Extrajudiciais" apropriados, (70%) das lides das quais o Município faz parte, decorrente do disposto na Lei Complementar nº 151 de 2015 e Emenda Constitucional 99/2017;
- Na Consolidação estão agregados os dados do Poder Executivo e Legislativo: PMSP/PGM, CMSP/FCMSP, TCMSP/FTCMSP, COHAB/FMH, AM URB/FMLU, IPREM, SFMSP, AHM, HSPM, FTM, FUNDATEC, SPURBANISMO e SPTURISMO.